



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO Nº 009/2023
PROCESSO Nº 2022-TF5F9
PROTOCOLO PARA SIGEFES 2022020605899

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ATRAVÉS DA **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU** E A **SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA**, PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.

O Estado do Espírito Santo, Pessoa Jurídica de Direito Público, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, inscrita no CNPJ sob nº 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, CEP 29056-085, representada por seu Secretário, Sr. **Vitor Amorim de Angelo**, brasileiro, casado, professor, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], residente neste Estado e a **SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob. Nº. 04.608.241/0001-79, situada à Avenida Marechal Floriano, 947, Centro, Lages/SC, CEP: 88.501-101 neste instrumento representado pela Presidente-CPSA, Sr^a. **Renata Maria Freitas Machado**, brasileira, Professora, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] - SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliada na cidade de Lages/SC, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 87497/82, nos termos do Decreto 2564-R de 11 de agosto de 2010 e da Lei 8.666/93, no que couber, firmam o presente Convênio, em conformidade com o **Processo 2022-TF5F9** e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - A Unidade Concedente e a **SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA** comprometem-se a executar o “**Programa de apoio ao Estágio de Estudantes dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica – Pró Formação Docente**”, conforme o disposto na Legislação Supracitada.

Parágrafo único

O estágio destina-se à complementação educacional e ao desenvolvimento da prática profissional na formação escolar do estagiário, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza entre as partes, e realizar-se-á nos termos da lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, no Decreto 2564-R de 11 de agosto de 2010 que institui o Programa de Apoio ao Estágio de Estudantes de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Formação de Professores da Educação Básica e na Lei 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - A Unidade concedente autoriza a realização de um período de Estágio em suas dependências, o que representará para o estudante o objeto de “Programa de Apoio ao Estágio de Estudantes de Formação de Professores da Educação Básica”, concedida pela mesma.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - O estagiário se obriga a cumprir a prorrogação de estágio, comunicando, em tempo hábil, a impossibilidade de fazê-lo. São considerados motivos justos de não cumprimento da programação, as obrigações escolares do Estagiário.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 - O Estágio dar-se-á nas áreas de interesse da Unidade Concedente para aproveitamento do Estagiário em atividades relacionadas com sua formação escolar.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 - As Escolas Públicas Estaduais, interessadas em se constituírem como escolas campo de estágio, definirão o quantitativo de vagas de estágio, por área de conhecimento, e segundo sua capacidade física, número de turmas de educação básica e demais condições pedagógicas disponíveis. Exceto as séries ou anos iniciais, considerando neste caso, o número de turmas.

A **SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA** deve adequar-se a estas condições.

5.2 - Considerando o disposto no § 5º do Art. 17 da Lei Federal nº 11.788/2008, § 5º, fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 - O Estagiário obriga-se a cumprir as normas internas da Unidade Concedente, principalmente as relativas a estágios, bem como todos os termos do contrato individual de estágio a ser assinado pelo estagiário e pela CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - A duração do período de estágio e a jornada de atividades em estágio serão definidas de comum acordo entre a Instituição de Ensino Superior, a



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Escola Campo e o Estagiário, não podendo ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. O tempo máximo do estagiário na mesma unidade escolar não excederá a 04 (quatro) semestres.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 - A **SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA** fica obrigada a comunicar à Unidade Concedente, por escrito, o desligamento do aluno qualquer que seja o motivo, bem como a conclusão do curso.

CLÁUSULA NONA

9.1 - A **SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA** se obriga a providenciar para todo Estagiário o Seguro de Acidentes Pessoais, durante a vigência dos Estágios, de que se trata o item VII do Art. 14 do Decreto 2564-R/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1 - **O presente Convênio terá duração de 05 (cinco) anos determinado no Plano de Trabalho (anexo), a partir de sua assinatura**, podendo ser alterado, através de termos aditivos, bem como rescindidos, de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, por qualquer delas, mediante simples comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

11.1 - O encerramento deste Convênio não prejudicará os Estágios já iniciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1 - O presente Convênio não envolve repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

13.1 - Os atos necessários à efetivação do presente Convênio serão praticados por intermédio dos representantes dos convenientes ou pessoas regularmente indicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

14.1 – Fica eleito o Foro do Juízo de Vitória – Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

14.2 – Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar nº 1.011/2022.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento.

VITOR AMORIM DE ÂNGELO

Secretaria de Estado da Educação - SEDU
(Assinado eletronicamente)

RENATA MARIA FREITAS MACHADO

Sociedade de Educação Nossa Senhora Auxiliadora Ltda
(Assinado Eletronicamente)



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

ANEXO

PLANO DE TRABALHO

ANEXO			
MINUTA PLANO DE TRABALHO			
Estágio Supervisionado Obrigatório			
1 - DADOS CADASTRAIS			
1.1 - Dados Cadastrais da Instituição Proponente			
Órgão/Entidade Proponente: Sociedade de Educação N. S. Auxiliadora Ltda		CNPJ: 04.608.241/0001-79	
Endereço: Rua Marechal Floriano - 947 - Centro		TEL: (49)3225.0062	
Cidade/UF: Lages/SC		CEP: 88.501-101	
Conta Corrente/Banco/Agência NÃO SE APLICA		Praça Pagam. NÃO SE APLICA	
Nome do Responsável: Geovani Broering		CPF: [REDACTED]	
CI/Órgão Exp.: [REDACTED]/SSP-SC	Cargo/Função: Reitor		Matricula NÃO SE APLICA
Endereço: Rua Benjamin Constant - 1.002 - Centro - Lages - SC		CEP: 88.501-110	
Coordenador de Convênio	Renata Maria Freitas Machado		CPF: [REDACTED]
CI/Órgão Exp. [REDACTED] - SSP/SC			N.Func. NÃO SE APLICA
Cargo/Função: Presidente da CPSA			
1.2 - Dados Cadastrais da Instituição Concedente			
Denominação Secretaria de Estado da Educação		CNPJ	27080563/0001-93
Endereço Av Cesar Hilal, 1111, Santa Lúcia, Vitória, ES		CEP	29056-085
Responsável Institucional pela Assinatura de Convênio Vitor Amorim de Angelo			
CPF [REDACTED]	Cargo/Função Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo		
2 - OUTROS PARTÍCIPES			
Nome do Responsável		CPF	
Endereço NÃO SE APLICA		CEP	
3 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
3.1 Título do Projeto		3.2 Período de Execução	
Convênio que entre si celebram o Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado da Educação (unidade concedente) e a Facvest – Unifacvest, tendo como mantenedora a Sociedade de Educação N. S. Auxiliadora Ltda, para concessão de ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO - "Programa de Apoio ao Estágio de Estudantes dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica - Pró-Formação Docente" .		Início	Término
		A partir da assinatura de celebração do convênio.	Até 05 anos.
3.2 Objeto do Projeto			
O Estágio destina-se à complementação educacional e ao desenvolvimento da prática profissional na formação escolar do estagiário, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza entre as partes e realizar-se-á nos termos da Lei Nº 11.7888, de 25 de setembro de 2008, do Decreto 2564-R, de 11 de agosto de 2010 e demais alterações, que institui o Programa de Apoio ao Estágio de Estudantes dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica - Pró-Formação Docente , do Decreto Nº 3388-R, de 24 de setembro de 2013 e da Lei 8.666/93, no que couber.			
3.3 Justificativa do Projeto			
O estágio deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem nas áreas de ensino oferecidas pela Instituição de Ensino, a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de interação, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano.			
4 - DESCRIÇÃO DO PROJETO			
O CONVÊNIO visa o exercício prático de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, por meio da concessão de estágio curricular aos alunos regularmente matriculados nos cursos desta Instituição de Ensino, nos termos do artigo 1º, §2º da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Decreto Estadual 2.564-R/2010. A realização do estágio não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e a Secretaria de Estado da Educação e não há repasse de recursos entre os partícipes. Os encargos referentes aos custos do seguro de acidentes pessoais a serem utilizados em favor do estudante, segundo ditamos da Lei nº 11.788/2008, Art. 9º, Parágrafo Único, são assumidos pela IES conveniada. Para este Programa de Estágio, inexistente emprego de recursos públicos. Esta Minuta de Plano de Trabalho é elaborada por ambos os partícipes e validada por e-mail pelo representante legal da IES. Sua assinatura ocorrerá junto com as assinaturas dos Termos de Formalização de Convênios. Após a assinatura deste documento e dos Termos de Convênio, ambos serão publicados na imprensa oficial, nos termos do Art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93			

5 - ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

5.1 Atribuições da Instituição Concedente

Compete à Concedente Sedu:

- II Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.
- III Indicar membro ou servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.
- IV Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.
- V Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.
- VI Enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.
- VII Reduzir a jornada do estagiário, pelo menos, à metade, sem prejuízo da bolsa remuneratória, nos períodos de avaliação de aprendizagem, mediante apresentação de documento idôneo emitido pela Instituição de Ensino, com o fim de garantir o bom desempenho do estudante.

5.2 Atribuições da Instituição Convenente

São obrigações da instituição de ensino Facvest – Unifacvest, tendo como mantenedora a Sociedade de Educação N. S. Auxiliadora Ltda, em relação aos estágios de seus educandos:

- I Estabelecer normas para cumprimento do estágio.
- II Indicar o estagiário para atuação técnica em serviços e programas adequados.
- III Supervisionar o estágio de alunos junto com a concedente. IV
- Estabelecer critérios para o credenciamento de supervisores.
- V Analisar e discutir o plano de trabalho desenvolvido pelo estagiário no local de estágio, visando à realização teoria-prática.
- VI Encaminhar o estagiário, mediante Termo de Compromisso do Estágio, sem o qual o mesmo não poderá iniciar o estágio.

6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Etapa/Fase	Especificação da meta	Indicador Físico		Duração	
			Unidade(s)	Quantidade Vagas/Cursos	Início	Término
Processo de Convênio entre Sedu e Ies	Etapa 1	Potencializar, qualitativamente, a formação profissional de estagiários para atuação na Educação Básica, em consonância com o projeto político-pedagógico das escolas-campo.	Ies e Sedu		A partir da assinatura de celebração do convênio	Prazo de 05 anos
Adesão das escolas ao Programa	Etapa 2	Envio do Termo de Adesão às escolas da Rede Estadual	Sedu (Cefope) e SREs	O quantitativo de vagas é determinado pela escola-campo adesa, de acordo com a sua capacidade física, número de turmas de educação básica e demais condições pedagógicas disponíveis.	mai/23	Durante o convênio (05 anos)
Estágio	Etapa 3	Executar o Programa e realizar monitoramento Pedagógico do Programa	Sedu/Cefope - Sre's - escolas-campo		início do estágio	Durante o convênio (05 anos)
		Contratar Seguro contra acidentes pessoais	IES			
		Executar Monitoramento Pedagógico do Programa	Sedu/CEFOPE - IES		início do estágio	

		Ofertar formulários de avaliação semestral on-line, sobre a atuação do estagiário pela escola-campo e sobre o programa de estágio pelo estagiário.	Sedu/Cefope - Diretores e Estagiários	É assegurado o quantitativo de vagas, respeitando o disposto no Art. 5º da Lei nº 12.711/2012. e da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Julho/2023 e Dezembro/2023	Durante o convênio (05 anos)
Avaliação do programa	Etapa 5	Compilar os resultados das avaliações semestrais, com registro em Relatório Final e devolutiva às IES.	Sedu/Cefope e IES		dez/23	

7 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

* O convênio firmado não prevê repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

natureza de elemento de despesa com código - valor/ano - início e fim da execução

Descrição de recursos financeiros	Valor mensal por estagiário	Início/fim da execução	Responsável
Concessão de bolsa de complementação educacional	não corresponde	não corresponde	não corresponde
Concessão de auxílio transporte ao estagiário	não corresponde	não corresponde	não corresponde
Contratação de Seguro de Vida com cobertura para morte acidental; invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médico-hospitalares-odontológicas decorrentes de acidente.	R\$ 24.489,86	Maior a dezembro/2023	IES

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

NÃO HAVERÁ TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS ENTRE OS PARTÍCIPES, segundo Decreto Nº 3388-R, de 24 de setembro de 2013, cap. IV, Art. 27, §5º.

Desembolso de seguro: A nota de empenho será anexada ao processo.

9 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Facvest – Unifacvest, tendo como mantenedora a Sociedade de Educação N. S. Auxiliadora Ltda, declaro para fins de prova junto à partícipe do convênio a qual se vincula o presente plano de trabalho, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com quaisquer órgãos ou entidades que impeça a transferência de recursos aqui previstos.

Renata Maria Freitas Machado

10 - APROVAÇÃO

Vitor Amorim de Angelo
Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo

Renata Maria Freitas Machado
Sociedade de Educação Nossa S. Auxiliadora Ltda

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MIRELLA CARLA MENDES CHRIST
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SEAF - SEDU - GOVES
assinado em 11/05/2023 09:54:23 -03:00

RENATA MARIA FREITAS MACHADO
CIDADÃO
assinado em 11/05/2023 09:51:29 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/05/2023 09:54:23 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ELZA MARA CUNHA DOS SANTOS (SUPERVISOR I QC-01 - GECON - SEDU - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-SG67QB>